

“Documentos” e “procedimentos técnicos”: saberes e métodos em disputa na UHE-Tucuruí

Technical documents and procedures: knowledge and methods in dispute at UHE-Tucuruí

Rodica Weitzman

Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ e aluna de pós-doutoramento no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural, IPPUR/ UFRJ. Consultora autônoma na elaboração e gestão de projetos sociais e na realização de pesquisas voltadas para o desenvolvimento rural e sustentável. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0817-157>.

Resumo

Neste trabalho, analisamos a construção e o manejo de documentos durante a fase inicial de intervenção da empresa hidrelétrica Eletronorte, em Tucuruí, Pará, no cerne de processos de deslocamento compulsório. A intenção é delinear as repercussões dos modos de operacionalização de um amplo leque de documentos – *cadastros, inventários, planilhas, tabelas* – sobre o processo organizativo dos movimentos embrionários que se aglutinaram em torno de focos de resistência à obra hidrelétrica desde o final dos anos 70 até o início dos anos 80. A revolta expressada pelos movimentos de resistência reside justamente na forma como o Setor Elétrico conduzia a gestão das pessoas e dos bens, com base em uma abordagem que padronizava os efeitos e mensurava os danos, sem considerar as condições específicas de cada um dos segmentos atingidos. São explicitadas aqui, por meio de uma abordagem etnográfica, as tentativas de travar um diálogo com a Eletronorte acerca dos critérios que guiavam a lógica das indenizações e que subsidiavam o conjunto de dispositivos metodológicos utilizados nas intervenções no campo social. Neste exercício analítico, partimos do entendimento de que os documentos produzidos – e depois *re-arranjados* e *re-estruturados* por meio de interpelações com outros atores sociais – desvelam regimes de verdade que não se cristalizam ao longo do tempo, uma vez que são passíveis de reformulações constantes. A hipótese testada e comprovada aqui nestas páginas é de que a gestão de arquivos é um processo permeável às dinâmicas que atravessam os processos sociais.

Palavras-chave: Deslocamento Compulsório, Setor Elétrico, Documentos, Procedimentos Técnicos, Indenizações.

Abstract

In this article, we analyze the creation and management of documents during the initial stage of the plan of action carried out by the hydroelectric company Eletronorte in Tucuruí, state of Pará, during the process of compulsory displacement of the affected populations. It aims to outline the repercussions of a wide range of documents – records, inventories, sheets, charts – in the construction

of incipient movements that agglutinated around areas of resistance to the dam project since the end of the '70s until the beginning of the '80s. The revolt and frustration expressed by these resistance movements was partially caused by the way in which the Electric Sector considered people and goods, based on an approach that standardized the effects and calculated the damages, without taking into account the specific conditions of each of the affected segments. Through an ethnographic approach to qualitative research, here we examine their attempts to engage in a dialogue with Eletronorte that centered around the need for a revision of the criteria that governed the logic of indemnification and that oriented the documents associated with a set of methodological devices. In this analytical exercise, our understanding is that the universe of documents that were produced - and then re-arranged and re-structured during interactions with other social actors - unveils regimes of truth that do not crystallize over time, as they are subject to constant reformulations. The hypothesis tested and proven here in these pages is that the management of documents is directly influenced by the dynamics that are an integral part of social processes.

Keywords: Compulsory Displacement, Electrical Sector, Documents, Technical Procedures, Indemnifications.

INTRODUÇÃO

A partir de uma abordagem etnográfica, este artigo¹ pretende analisar a função dos documentos que auxiliaram a implementação de estratégias de intervenção por integrantes do “Setor Elétrico”² que coordenaram a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no sul do estado do Pará.³ A constelação de significados atrelados a esses documentos e as formas de sua instrumentalização são elementos que estão em jogo em processos contenciosos de negociação entre atores sociais localizados em dois campos de disputa ao longo do período de sua implementação: por um lado, a empresa Eletronorte, responsável pela coordenação da obra, e seus aliados, de outro, as configura-

¹ Agradeço aos (às) seguintes pesquisadores (as) por suas contribuições na condução da pesquisa e na revisão deste artigo: Henri Acselrad, Leandro Juárez Liberatori, José Carlos Matos (IPPUR/UFRJ); Rita de Cássia Melo Santos (UFPB); André Dumans Guedes (PPGS/UFF); Dibe Ayoub (NUAP/UFRJ); e Oswaldo Zampiroli (PPGAS/UFRJ). Agradeço especialmente a Luísa Sobral de Carvalho pela revisão ortográfica original.

² O “Setor Elétrico” engloba o conjunto de empresas estatais (federais e estaduais) que, encabeçadas pela Eletrobras, respondem pelo planejamento, produção, transmissão e distribuição de energia elétrica no Brasil. Eletronorte pode ser visto como um braço da Eletrobras, já que era criada em Brasília em 20 de junho de 1973, como uma subsidiária.

³ Esta barragem, que foi construída em 1978 na Amazônia Oriental brasileira, inundou, em 1984-1985, uma área de 2,6 mil km² de floresta das margens do rio Tocantins, incluindo parte da reserva dos índios Parakanã e alguns núcleos urbanos.

ções organizacionais dos Atingidos. O acervo documental gerado dentro de um terreno atravessado por conflitos entre os movimentos⁴ embrionários dos Atingidos pela UHE⁵ – Tucuruí e o Setor Elétrico durante a fase inicial da instalação da obra, marcada pelo regime autoritário, será o foco da abordagem analítica proposta.

Este “acervo documental”, que representa o “campo etnográfico”⁶ da pesquisa realizada, se integra a um projeto que foi aprovado pela CAPES em 2015, no Edital n.º. 12/2015, “Memórias brasileiras: conflitos sociais”, intitulado “As lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subseqüentes à redemocratização do país”, sob a coordenação do Prof. Henri Acselrad (IPPUR/UFRJ). Esse acervo foi constituído no IPPUR/UFRJ ao longo de 30 anos, a partir de diversas fontes: arquivos colecionados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT); material oriundo da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA); diversos documentos (relatórios, boletins, folhetos) e gravações de entrevistas e de reuniões realizadas no âmbito da Comissão Mundial das Barragens (CMB), trazidos por pesquisadores engajados no estudo da UHE-Tucuruí, como Henri Acselrad, Sônia Magalhães e Graça Silva; documentos que compõem os arquivos pessoais de ex-assessores (as) de organizações e movimentos (Aida Maria Farias da Silva, Raul do Couto e Felisberto Damasceno); documentos oficiais do Setor Elétrico que pertencem ao Museu da Memória da Eletricidade (RJ); arquivo de fotos tiradas pelos fotógrafos Miguel Chikaoka e Mauro Ribeiro e repassadas por Atingidos pela usina hidrelétrica; gravações de entrevistas realizadas pelo pesquisador José Carlos Matos com lideranças locais e regionais, além de técnicos (as) de organizações de assessoria, em agosto e setembro de 2017 e abril de 2018; e

⁴ De propósito, neste texto utilizaremos o termo “movimentos”, no plural, porque o Movimento dos Atingidos não é algo monolítico e homogêneo, mas se subdivide em diferentes ramificações a partir de suas divergências e convergências. A ação política confere novos contornos a esses movimentos, ao longo do período sobre análise (1979 a 1991), por meio de um trabalho de arregimentação, de agrupamento, de representação e de mobilização.

⁵ Usina hidrelétrica.

⁶ “Entre os lugares que os antropólogos têm ido quando vão para o campo, está o arquivo”. A provocação de Mary Des Chenes (1997, p. 76) capta bem as transformações que vêm alterando a face da antropologia desde os anos 80, década a partir da qual se ampliaram as experimentações metodológicas nos modos de conceber e realizar pesquisas etnográficas, o que permitiu o reconhecimento do “arquivo” como um lócus privilegiado de interlocução com o objeto de análise.

palestras realizadas por lideranças e ex-técnicos (as) de organizações locais durante o Seminário “Tucuruí: memórias de uma luta em curso” (Auditório de Geociências, UFF, Belém do Pará, 24 de abril de 2018).

A intenção desta pesquisa é captar as vozes do Setor Elétrico e dos movimentos dos Atingidos, expressadas primeiramente no amplo leque de documentos que foram produzidos, desde relatórios, boletins, cadastros e planilhas até comunicados e cartas, estes últimos sendo os principais meios de interlocução entre as diversas representações dos grupos atingidos e as autoridades governamentais e empresariais. Enquanto a documentação produzida pelos grupos embrionários de atingidos em forma de cartas, boletins e folhetos representou uma poderosa ferramenta no seu processo de mobilização social, os documentos produzidos pelos agentes do Setor Elétrico eram veículos cuja principal finalidade era justificar e auxiliar suas estratégias de intervenção. Nessa perspectiva, parto do pressuposto de que os documentos podem ser considerados “artefatos” que amparam as “práticas modernas de conhecimento”, exercendo diversas funções como “um objeto etnográfico, uma categoria analítica e uma orientação metodológica” (RILES, 2006, p. 5). Neste artigo, focalizaremos uma das funções primordiais da produção documental para o Setor Elétrico: a “orientação metodológica” (Idem, p. 5) dos procedimentos técnicos durante a implementação de estratégias de intervenção no campo classificado como “social” ou “ambiental”⁷.

Tendo como ponto de partida o entendimento do arquivo como uma instituição que “canoniza, cristaliza e classifica o conhecimento” (DIRKS, 2001, p. 107; CUNHA, p. 292, 2004), o que sustentamos ao longo deste trabalho é que os documentos produzidos pelo Setor Elétrico ordenam saberes e métodos de acordo com intencionalidades. São, por um lado, sinais emblemáticos de uma estrutura burocrática moderna, inseridos em “políticas de legitimação que exprimem formas de qualificar intervenções e respaldar discursos”⁸ (OSBORNE; GAEBLER, 1994, p. 290). Ao mesmo tempo, ressal-

⁷ Sigaud (1988a, 1988b, 1995) e outros pesquisadores (CASTRO, 1988; VAINER, 1993) ressaltam o reducionismo associado à concepção do “social” e “ambiental” no campo semântico do Setor Elétrico. Passam a representar meros impedimentos a serem superados para garantir o êxito do empreendimento, aferidos estritamente por critérios financeiros (custo x benefício). Este ponto será explorado mais a fundo na próxima seção. VIVEIROS DE CASTRO; ANDRADE, 1988.

⁸ No campo de investigação desenvolvido por sociólogos que seguem a tradição weberiana, documentos são vistos como elementos “tecnológicos” instrumentalizados por organizações burocráticas (WEBER, 1968 apud RILES, 2006). É essa linha de pensamento que norteia o exercício analítico exposto aqui, ao tratar das estratégias e ações dos agentes do Setor Elétrico.

tamos o fato de que nenhum documento é criado em um vazio, sem estabelecer algum tipo de interlocução com possíveis destinatários além dos próprios agentes do Setor Elétrico, uma vez que todo acervo arquivístico é gerado em um processo de interação social.

Esse amplo conjunto de documentos (inquéritos, cadastros, planilhas) que constituem, em nosso entendimento, “instrumentos” para efetivação das estratégias, expõe um complexo arcabouço técnico. Defenderemos, no presente trabalho, assim como se dá com Faillace (1990) – em sua pesquisa sobre as posições sociais ocupadas tanto pelo Setor Elétrico quanto pela Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), no contexto da barragem de Itá (RS/SC) –, que a primazia atribuída às dimensões técnicas dos documentos produzidos em tal época não invalida sua relevância em uma “luta política travada” entre Eletronorte e as representações das organizações locais (FAILLACE, 1990). Isto posto, os documentos utilizados para finalidades pragmáticas – cadastros, tabelas, entre outros – são sujeitados a uma série de ressignificações, a partir das problematizações feitas pelas populações afetadas que colocam em xeque os alicerces da ação intervencionista do Setor Elétrico como poder instituído.

Em suma, o que testemunhamos no cerne das mobilizações das populações atingidas é a ampliação de uma luta travada para incluir mais uma bandeira em sua plataforma de reivindicações: a problematização das intencionalidades por detrás dos “documentos” – *cadastros, inventários, planilhas, tabelas* –, uma vez que os mesmos intermedeiam as relações e incidem sobre as decisões tomadas pelo Setor Elétrico. Neste processo de problematização, os grupos de atingidos estão propondo outra finalidade para os documentos que vai além da sua função original, de modo que seguem construindo *uma memória de si* que difere daquela retratada na documentação oficial. Por meio da subversão dos princípios projetados pela lógica gerencial e administrativa da Eletronorte e que motivaram a produção e replicação dos documentos no âmbito da implantação da obra hidrelétrica, os movimentos de Atingidos se esforçaram para afetar o modo de operação desse “gigante” perante sua área de intervenção.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO: SUAS ORIGENS, SUA “RAZÃO DE SER” E SUAS FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO

Para contextualizar melhor o estudo proposto, urge ressaltar alguns aspectos da instituição que se encarregou da operacionalização dessa obra: a empresa Eletronorte. Cabe salientar que a criação da Eletronorte em Brasília, em 20 de junho de 1973, como subsidiária da Eletrobras, foi um acontecimento estratégico, articulado entre o Eneram (Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia) e o Ministério das Minas e Energia, com o principal objetivo de potencializar a região da Amazônia como um polo de desenvolvimento tecnológico na produção e transmissão de energia elétrica.

Indubitavelmente, sua criação no período da Ditadura Militar no Brasil revela uma fusão simbiótica entre interesses de empresários do setor privado e segmentos do governo, visando à gestão de políticas que priorizavam o acúmulo da riqueza gerada por recursos “naturais” sem maiores onerações financeiras. Cabe salientar que a geração da hidreletricidade no país, até a proclamação da Constituição de 1988, foi fruto de decisões tomadas conjuntamente pelo Setor Elétrico e o Poder Executivo em um processo de cogestão, de modo que as fronteiras entre os agenciamentos estatais e empresariais sempre fossem acinzentadas,⁹ especialmente durante o período do regime militar.

Em um dos materiais produzidos pelo Setor Elétrico, “Tucuruí: 10 anos depois” (1983), transparece um campo semântico repleto de termos que sublinham as intencionalidades por trás de suas estratégias de intervenção: “centralizar o lugar”, “desbravar”, “civilizar.” Nesses enunciados, a “UHE” se encaixa em uma linguagem salvacionista, como a representação emblemática de um projeto que visa a “salvar o Nordeste do racionamento de energia elétrica” (1983, p. 4).

⁹ A Eletrobras e suas concessionárias, durante o período sob análise, não estavam submetidas ao controle do Poder Legislativo, de modo que havia uma relação simbiótica entre o Estado e as instâncias empresariais até o ano de 1986, quando se deu a abertura democrática. De acordo com Mitchell (1999), “a divisão Estado-Empresa não é uma simples distinção entre dois objetos ou domínios autônomos, mas uma fronteira complexa, interna ao reino das práticas” (MITCHELL, 1999, p. 83). Bronz (2013) reforça essa hipótese, ao declarar que os mecanismos institucionais que operam na ordem política moderna nunca estão confinados dentro dos limites do que se chama Estado, uma vez que “a fronteira do Estado (ou do sistema político) nunca marca um exterior real” (BRONZ, 2013, p. 49).

O ator de tal “progresso”, a “Eletronorte”, é representado como uma “grande empresa”, “empresa com responsabilidade”, “empresa capaz”. Essas palavras, que reforçam a dimensão positiva da obra, espelham uma fala retórica e persuasiva, que se preocupa mais com “a produção de certos efeitos eficazes e propósitos políticos do que com a situação ‘como ela é’” (EAGLETON, 1997, p. 39 apud BRONZ, 2013, p. 42). Nutrem uma visão positivista, veiculada à representação da empresa como símbolo de desenvolvimento, a partir da primazia atribuída à grandiosidade da obra e à energia gerada por ela.

Por outro lado, o campo da intervenção – a região amazônica – é enquadrado como um lugar remoto, misterioso e isolado, que deve ser desbravado e domado a partir de uma missão civilizatória. Destarte, o discurso da Eletronorte, expressado no documento citado acima, entre tantos outros, transmite uma imagem da empresa como propulsora de uma mudança social, a qual a população, retratada como atrasada e desinformada, não teria capacidade de realizar sem algum tipo de intervenção advindo do universo empresarial. Tendo por base essa visão positivista, os deslocamentos compulsórios são retratados como processos inevitáveis que alavancam processos de mudança social (VAINER, 1993).

Para entendermos melhor a lógica por detrás das estratégias de intervenção do Setor Elétrico, cumpre ressaltar de que modo as concepções sobre fatores de cunho “social” e “ambiental” são formuladas e evidenciadas no campo semântico ligado a essa área da economia. Quando nos debruçamos sobre os documentos do Setor Elétrico, percebemos de que modo o tratamento das questões “sociais” e “ambientais”, as quais são enquadradas pelo universo empresarial como meras “externalidades” que se traduzem em “custos indiretos” dentro dos estudos de “viabilidade socioambiental”, nos revela um esforço empreendido por aquele para garantir a produtividade do seu empreendimento a qualquer custo.

No que tange à visualização do campo “social” no plano de intervenção do Setor Elétrico, Viveiro de Castro e Andrade (1988) apontam para a fusão entre a população atingida e o meio ambiente circundante, de modo que os dois elementos são visualizados como partes que integram o “objeto impactado” do empreendimento. Do ponto de vista desses autores, através de uma visão reducionista, o “ambiente” se restringe ao ambiente do Sistema Elétrico, sendo enquadrado como o objeto da obra de engenharia. Isso acarreta

não apenas uma “naturalização” da população atingida, mas também o que Sigaud (1987, 1988a, 1988b) chamava de uma “padronização” de suas reações perante os grandes projetos de desenvolvimento.¹⁰ Consequentemente, o plano de intervenção no campo “social” que começou a vigorar em meados dos anos 1980 se organiza a partir de um conjunto de ações compensatórias, com o principal objetivo de transformar a “população atingida” em “grupos beneficiados”, sem considerar as especificidades dos segmentos contidos nesse grupo social.

As ações de indenização e os programas de reassentamento implementados diante de situações de deslocamento compulsório durante a década de 1980, em Tucuruí, se enquadram em uma lógica de “mitigação” ou “compensação” de danos gerados frente a um processo de desapropriação das terras.¹¹ É importante alertar para o fato de que a política de indenização sofreu uma série de ajustes, parcialmente em função da amplitude dos efeitos que passaram a ser aferidos como “impactos” da obra durante a segunda metade dos anos 1980. Por exemplo, no momento de fechamento do reservatório, a Eletronorte percebeu que, mesmo com o apoio das tecnologias aerofotogramétricas para previsão dos efeitos, o enchimento passaria 6 metros acima do planejado, o que aumentaria o número de afetados para mais 1,5 mil famílias. (documento: “Caso Tucuruí”, [s.d.]), o que provocou mudanças no que tange às medidas indenizatórias implementadas na fase após a inundação.¹² Embora não esteja dentro do escopo de nosso exercício analítico aqui debruçar-se

¹⁰ Em meados da década dos 80, Sigaud (1983, 1987, 1988) abriu uma nova linha de pesquisa, que abordava, de modo frontal, as repercussões sociais das barragens hidrelétricas sobre os camponeses. Na vasta literatura produzida por ela, a autora criticava incessantemente uma visão simplificadora do “social” e que resultava na padronização das reações das populações atingidas, como se todos/as tivessem a mesma “resposta” perante os grandes projetos de desenvolvimento.

¹¹ Cumpre salientar o depoimento proferido por Sr. Alcir de Souza Maia, chefe do Departamento de Patrimônio Imobiliário da Eletronorte, que aponta para a dificuldade de encontrar qualquer “compensação” para os danos ocasionados, em função da dimensão perversa e violenta da “desapropriação”: “A desapropriação é a mais violenta intervenção do Estado na propriedade privada. Não importa que João, José, os expropriados, sejam bem indenizados, bem relocados, contemplados com dinheiro que lhes dê condições de comprar uma fazenda maior do que tinham, se era[m] latifundiário[s]. O que é fundamental é que é sempre uma violência contra o indivíduo” (depoimento presente no documento “Caso Tucuruí”, [s.d.], p. 56).

¹² Uma das repercussões da subida das águas acima do nível previsto foi o processo de “reassentamentos.” Deflagrou efeitos maléficos para aqueles que foram vítimas de “reassentamentos repetidos”, uma vez que vivenciaram um estado de sofrimento social duplamente severo, motivo de denúncias feitas pelos grupos de atingidos nos comunicados e boletins produzidos na época.

sobre esta fase dos processos indenizatórios, urge ressaltar o dinamismo e maleabilidade do conjunto de ações no campo social ao longo do período de implementação da UHE, perante as alterações na intensidade dos impactos.

Assim, como veremos ao longo deste artigo, as ações voltadas para a compensação dos danos no campo “social” e “ambiental” não são estáticas, vez que são construídas e reajustadas com base em um processo interativo entre as populações atingidas (e os movimentos que as representam), por um lado, e o Setor Elétrico e seus aliados, por outro. A posição subordinada do fator “social” e “ambiental” dentro do “projeto técnico”, que se torna evidente no bojo dos diagnósticos e estudos de “controle ambiental”, além dos programas de “amparo social”¹³ voltados para o reassentamento das populações atingidas (MOUGEOT, 2017), tem sido uma das causas geradoras de contestações e questionamentos apresentados pelos movimentos de atingidos perante o Setor Elétrico, especialmente no final dos anos 1980 e início dos anos 1990.

O UNIVERSO DOS “DOCUMENTOS”: A CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA DE ANÁLISE DAQUILO “PELO QUAL E COM O QUAL SE LUTA”

Com base na abordagem foucaultiana, podemos afirmar que o discurso, no contexto do universo empresarial, “é aquilo pelo qual e com o qual se luta” (BRONZ, 2013, p. 42).⁷ Neste sentido, os documentos produzidos pela Eletronorte que espelham esse “discurso” representam uma janela que se abre, nos permitindo perscrutar o conjunto de práticas desenvolvidas no meio empresarial sob a ótica de poder, de modo que nos juntemos a uma tradição de trabalhos que vêm sendo desenvolvidos a partir desse ângulo¹⁴ (RIBEIRO, 1988; SANTOS, 1992, 1996; BRONZ, 2013, 2014).

¹³ Os programas de “amparo social” englobam diversas ações assistenciais, como a instalação e reequipamento de postos médicos e o auxílio no transporte das pessoas.

¹⁴ Nessa tradição consagrada merecem destaque os seguintes autores, que estudaram os grandes projetos de desenvolvimento sob a ótica de poder, a saber: Gustavo Lins Ribeiro (1988), em *Developing The Moonland: The Yacyreta Hydroelectric High Dam and Economic Expansion in Argentina*; Silvio Coelho dos Santos (1992, 1996); e Deborah Bronz (2013, 2014, 2016). O desenvolvimento de uma vertente da antropologia focada no alto da pirâmide social teve como uma de suas fontes inspiradoras o estudo de Nader (1972), o qual se tornou uma referência para análise da atuação das “elites” (NADER, 1972).

A opção metodológica para uma etnografia das práticas de poder que toma como “campo” o universo dos documentos e não uma área geográfica definida¹⁵ nos possibilita enxergar estratégias utilizadas para a construção das “tecnologias políticas”, que, na linguagem foucaultiana, transmitem racionalidades específicas, exercendo um tipo de controle na gestão do espaço e na disciplinarização dos corpos e das populações¹⁶ (FOUCAULT, 1980). Dentro desta abordagem, o foco da análise reside justamente nos contextos nos quais tais arquivos foram produzidos – isto é, “as condições de produção dessas ‘vozes’” (CUNHA, 2004, p. 293). Diante do caráter polifônico das informações contidas nos arquivos – assim como suas modalidades de uso –, é inegável que os conhecimentos que os compõem se configuram como “um sistema de enunciados, verdades parciais, interpretações histórica e culturalmente constituídas – sujeitas à leitura e novas interpretações” (CUNHA, 2004, p. 292).

Tendo como foco um plano de intervenção, o Setor Elétrico foi aprimorando suas abordagens por meio de um amplo leque de documentos que constituem “instrumentos de registro”, os quais exprimem diferentes lógicas de funcionamento e operam a partir dos seus próprios sistemas de classificação. Ao fazermos uma tipologia desses arquivos, sublinhamos dois tipos de documentos, a saber: (i) Os “cadastros e inventários”: instrumentos empregados no final dos anos 1970 para efetivar um mapeamento da área de intervenção, levantar dados sobre o público a ser atendido e o valor de suas benfeitorias e propriedades tituladas e preparar o terreno para o projeto técnico e os programas sociais de indenização, relocação e reassentamento. (ii) Os “estudos ambientais”: documentos que orientam “pesquisas” e apresentam seus resultados, tanto para prever os efeitos da obra sobre os meios social e ambiental quanto para relatar e mensurar os danos que têm sido ocasionados na fase posterior ao momento de implementação do empreendimento. Apareceram de forma tímida na fase anterior a 1985, durante a vigência do regi-

¹⁵ Para a antropologia, que historicamente tem privilegiado o “trabalho de campo” a partir da relação direta com “os nativos”, enxergar os arquivos e patrimônios documentais já constituídos como tão importantes quanto os processos de interação social tem representado um deslocamento epistemológico bastante significativo (CUNHA; CASTRO, 2005, p. 2).

¹⁶ À luz de uma ótica foucaultiana, cabe salientar que nossa análise não se restringe ao funcionamento da Elettronorte na qualidade de uma instituição ou um aparato, mas focaliza “um tipo de poder, uma modalidade para seu exercício, compreendendo todo um conjunto de instrumentos, técnicas, procedimentos, níveis de aplicação, objetivos” (FOUCAULT, 1977, p. 215).

me militar, e ganharam mais força nos anos seguintes da década em questão, marcados pela abertura democrática.

Passamos agora ao exame da natureza desse conjunto de documentos elaborados, isto é, seus conteúdos mais marcantes. Tanto no que se refere aos estudos e pesquisas focalizados no campo “ambiental” quanto aos instrumentos pragmáticos que viabilizam as estratégias e táticas utilizadas, sublinhamos um traço bastante acentuado: são arquivos que explicitam estratégias e tecnologias de ação por meio do registro minucioso de um “fazer” que reflete distintas intencionalidades. É nesse relato de “como se faz”¹⁷ que transparece justamente o aprimoramento de um saber especializado, chamado de “técnico”, tão caro ao Setor Elétrico. Esse enfoque tecnicista que transparece com tanta força revela a primazia atribuída aos “meios” empregados para cumprir uma “missão”: a construção de uma obra hidrelétrica no território amazônico que se integra a um projeto civilizatório voltado para a aceleração da modernização.

No conjunto de documentos que compõem o acervo arquivístico do Setor Elétrico e que são imbuídos desse viés tecnicista, o campo descrito como “social” ganha relevo nas descrições das estratégias de indenização, relocação e reassentamento na região de Tucuruí, como foi dito anteriormente. Merece destaque aqui a primazia atribuída ao rigor dos instrumentos (cronogramas, orçamentos) que integram os chamados “programas” e que lhes conferem credibilidade. Neste artigo, fazemos a opção de focar no cerne das questões que envolvem a elaboração desses documentos imbuídos de finalidades pragmáticas – como “inventários” e “cadastros” – e suas repercussões na teia de relações costuradas com os grupos de atingidos durante a primeira fase de intervenção da Eletronorte, deixando os estudos e pesquisas “ambientais” para um exercício analítico posterior a este.

O saber técnico se faz presente nas mensurações, cálculos e estimativas que são efetivados, na medida em que, nesse período inicial de intervenção da Eletronorte, de 1978 a 1983, os territórios se transformam em “áreas de in-

¹⁷ Alguns documentos produzidos pelo Setor Elétrico (“Usina Hidrelétrica Tucuruí: memória técnica”, de 1989; “Relatório interno da Eletronorte”, de 02 de janeiro de 1989; “Tucuruí – 10 anos depois”, de 1983) que destrincham esse “fazer” foram peças-chave no esforço de construir uma memória da adoção de processos técnicos em diversas fases da obra hidrelétrica. Este acervo de documentos que exprime uma “memória técnica” resgata elementos do passado para ordenar sua própria prática em nível institucional, além de justificar as bases de suas estratégias de intervenção no cenário público.

tervenção” e as comunidades são classificadas como “populações atingidas”: alvos de “mapeamentos” e “cadastramentos.” Isto posto, nos interessa analisar de que modo uma postura institucional sobre um modo de “fazer” provoca determinadas reações nos diversos segmentos da população atingida, repercutindo nos processos de negociação forjados com os movimentos que os representam.

Para se tornar mais inteligível esta análise, que será tratada nas próximas seções deste artigo, é importante assinalar algumas ponderações sobre as modalidades com que se organizam os grupos de atingidos e suas formas de autoclassificação, fatores que certamente tiveram alguma interferência na condução do seu repertório de ações perante o Setor Elétrico, dentro do campo de disputa travada em torno da produção documental.

Neste sentido, é fundamental destacar a maleabilidade das nomeações e categorias identitárias durante o período de 1979 a 1991, um elemento que se torna mais acentuado de acordo com o fluxo de acontecimentos que eclodiu nos territórios atingidos. As nomeações mudavam conforme os acontecimentos que marcaram cada momento histórico, além de serem moldadas pelos interesses de cada ator social que tinha algum tipo de envolvimento em determinados eventos críticos. De antemão, é necessário que prestemos atenção à diversidade de grupos que se reconheceram e foram englobados na condição de “expropriados”, “desapropriados” ou “atingidos” e que apresentam especificidades a partir de sua relação simbiótica com o ambiente circundante e com os recursos naturais: “vazanteiros”, “ribeirinhos”, “posseiros”.

Para demonstrar a evolução e transmutação das categorias identitárias, citamos dois exemplos concretos. O primeiro: quando examinamos os documentos oriundos dos grupos e movimentos sociais nos anos 1980 a 1985, surge com frequência a categoria “desapropriado” ou “expropriado,” o que faz sentido diante de uma leitura do setor empresarial como um ator que se engajava em um processo violento de “desapropriação” em nível territorial. Nessa época ainda não aparece o termo “atingido”. Um segundo exemplo: em meados dos anos 1980, quando houve a junção entre a população “jusante” e “montante”, a nomeação “atingido” começou a ser mais utilizada a partir da percepção dos efeitos socioambientais da obra, o que engendrou um processo de ampliação das bandeiras políticas.

Também é importante frisar que essas nomeações representam dispositivos invocados no decorrer das interações, a partir de um jogo de interesses que transcorre ao longo de um processo árduo de negociação com as autoridades estatais e empresariais. Assim, durante esse intervalo de tempo, na medida em que os grupos fossem aperfeiçoando suas instâncias de representatividade e seus meios de interlocução perante o Setor Elétrico, eram incitados a fazer uso de algumas categorias de identificação, na busca de uma maior legitimação dos seus arranjos organizacionais. Isso se reflete na cronologia dos processos vividos, quando é observada a evolução dos processos de organização dos grupos atingidos pela UHE-Tucuruí.

No final dos anos 1970 e no início da década seguinte, tais processos foram caracterizados por expressões incipientes e embrionárias, com foco em localidades específicas (Repartimento e Itupiranga),¹⁸ que depois foram agrupadas em coletivos com distintas nomeações: “Movimento dos Desapropriados pela Eletronorte” (1983); “Comissão Representativa dos Colonos Expropriados” (1983); e “Comissão dos Atingidos pela UHE de Tucuruí – CAHTU”¹⁹ (1989). Portanto, percebemos uma diferenciação entre categorias nativas de autodenominação, como grupos de “expropriados” ou “desapropriados”, com base em uma determinada localidade, e categorias administrativas, como “comissão central” ou “comissão representativa” dos “Atingidos” como instâncias agregadoras das diversas representações localizadas, as quais exerciam um papel de interlocução com as autoridades políticas e a empresa Eletronorte em nível nacional nos anos 1980.

Destarte, as estratégias de contestação empregadas por esses grupos embrionários de Atingidos arraigados em diversas localidades – Itupiranga,

¹⁸ De acordo com Aida Maria Farias da Silva, ex-técnica da Comissão Pastoral da Terra (CPT), esse período inicial foi um “momento mais efervescente”, que coincidiu com “a falta de uma estrutura social” que pudesse representar essa categoria institucionalmente perante as instâncias governamentais e empresariais (Entrevista concedida em 17 de agosto de 2017). Nessa época, a Igreja, especialmente a Prelazia de Cameté, a CPT e o Conselho Indígena Missionário (CIMI), foi citada como sendo o único apoio institucional para esses grupos, que ainda se encontravam em uma fase embrionária e incipiente de mobilização. É interessante observar de que modo Aida relaciona a organicidade e “efervescência” dos movimentos embrionários com sua apartação das estruturas formalizadas.

¹⁹ A fundação da CAHTU foi registrada no “Encontro dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Colônias de Pescadores Atingidos pela UHE de Tucuruí” (12 a 16 de maio de 1989), e representou um passo importante no fortalecimento do Movimento dos Atingidos em nível regional, no intuito de interligá-lo mais efetivamente, estando localizado no território circunscrito de Tucuruí, com articulações nacionais.

Tauari e Repartimento, entre outras –, cujo fulcro central era o manejo do campo “social” e “ambiental” nos documentos fabricados pelo Setor Elétrico, acarretou a reestruturação das concepções subjacentes à sua elaboração. Aqui também lançamos algumas luzes sobre os aportes desses processos reivindicatórios, alguns dos quais focalizavam a produção documental, em relação ao fortalecimento de determinadas categorias identitárias e dos seus processos organizativos.

A PRODUÇÃO DOCUMENTAL COMO UM CAMPO DE DISPUTA: CONTROVÉRSIAS GERADAS, REFORMULAÇÕES FEITAS E NOVOS ENFOQUES ADOTADOS

A PRIMEIRA FASE: CADASTRAMENTO DA ÁREA A SER DIRETAMENTE AFETADA PELA INUNDAÇÃO

Depois da publicação do Decreto nº. 78.659²⁰, no dia 11 de novembro de 1976, a primeira fase do plano de intervenção foi iniciada, com um cadastramento da área a ser diretamente afetada pela inundação, no qual foram elaborados planta e memorial descritivo da área a ser declarada de utilidade pública e das terras passíveis de inundação pelo reservatório. Nesse mapeamento, dois fatores que precisam ser levados em consideração dizem respeito à abrangência espacial da área socioterritorial, que é rotulada como “área de intervenção”, e à constituição dos segmentos que compõem a “população atingida.” Nos estudos de viabilidade ²¹ antecedentes a essa fase de intervenção e que foram concluídos em dezembro de 1974 e junho de 1975, o pro-

²⁰ Este Decreto declarou ser de utilidade pública, para fins de desapropriação, as terras e benfeitorias de propriedade particular encontradas no polígono definido pelos estudos preliminares, totalizando 818.437,49 ha.

²¹ Vainer (1993) explica os significados da noção de “viabilidade socioambiental”, a qual embasava esses estudos preliminares e norteava as estratégias políticas de controle e prevenção de conflitos. De acordo com esse autor, tais estudos tinham o principal objetivo de “assegurar condições para que a tomada de decisões e a implementação de ações sejam sobretudo de natureza preventiva e ocorram em tempo hábil, de modo a evitar impasses decorrentes de conflitos de interesses mal equacionados e custos econômico-financeiros elevados para o Setor” (VAINER, 1993, p. 139).

jeto técnico foi realizado para intervir estritamente na área do reservatório e imediações, uma vez que não houve estudos complementares de jusante e regionais (conforme documentos da COPPE/UFRJ, 1999; Eletrobras/ Comitê Coordenador das Atividades de Meio Ambiente do Setor Elétrico (Comase), 1991-1993; e Eletronorte, 1987).

Por conseguinte, aqueles que habitavam áreas fora do perímetro do futuro lago, e que, em vista disso, nas previsões feitas, não seriam sujeitas às inundações, não foram considerados como “atingidos”. Os segmentos que não foram considerados como compostos de “atingidos” e, por conseguinte, foram excluídos das políticas de indenização e reassentamento,²² são os chamados “vazanteiros” ou “ribeirinhos”, “cuja subsistência dependia sazonalmente da ocupação de ambientes ribeirinhos e que poderiam ser deslocados pela submersão” (ACSELRAD; SILVA, 2011, p. 76). A área de sua intervenção – e, portanto, as terras delimitadas como “inundáveis” – era visualizada como um habitat recheado de “propriedades particulares”, em vez de ser enquadrada como “um sistema de exploração agrária que abrangia, além dos domínios de terra firme, praias, zonas de decantação, bosques-galerias, ilhas fluviais, lagos e cachoeiras [...]” (ACSELRAD; SILVA, 2011, p. 77).

É interessante atentar para o fato de que, desde o final dos anos 1970, os grupos embrionários de resistência à UHE mostraram, em todas as cartas, atas e comunicados, a amplitude da categoria de “Atingidos”, fazendo um contraponto com a caracterização imposta pela Eletronorte, que se restringia à relação unilateral dos sujeitos com a unidade produtiva – “terras” ou “propriedades.” Esse registro pode ser constatado no documento produzido durante a II Assembleia de Lavradores, realizada no dia 25 de julho de 1979, e que se inicia com as seguintes palavras: “Nós, colonos, posseiros, sitiantes, castanheiros, parceiros, peões [...]”, ilustrando que articulavam sua platafor-

²² Em um dos documentos do acervo (“Encontro dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Colônias de Pescadores atingidos pela UHE de Tucuruí”, de 12 a 16 de maio de 1989), no qual foi feita uma retrospectiva das táticas empregadas nos processos indenizatórios, os/as autores/as expõem a ineficiência da Eletronorte na efetivação das indenizações, em função de erros cometidos nos levantamentos, os quais subestimaram as famílias a serem afetadas. Neste arquivo, alega-se que “a ELN não realizou o pagamento de indenização à totalidade dos desapropriados, e sim de uma parte, haja vista a deficiência dos trabalhos de levantamento feitos para este fim que não abarcaram todos os moradores da área que seria alagada, fato que se tornou concretamente exteriorizado a partir da formação do lago e consequente retirada das famílias e sua transformação em sem-terras, ampliando o problema agrário na região” (ENCONTRO..., 1989b, p. 1). Aqui o alvo da crítica é a natureza dos levantamentos, que de acordo com esta leitura, prejudicaram as ações posteriores voltadas para indenização e reassentamento.

ma política a partir de diversas identidades, moldadas com base nas diferentes formas de se relacionar com o território e com os recursos naturais. Em diversos documentos produzidos pelos grupos de atingidos, os mesmos ilustravam de que modo a categoria “Atingido” foi redimensionada²³ para incluir aqueles que sofreram com o alargamento da região – direta ou indiretamente –, um processo que se intensificou em meados dos anos 1980, a partir da junção da “pauta de baixo”, em que a maior parte das comunidades se identificava como de indígenas, ribeirinhas e pescadores, com a “pauta de cima”, proferida por aqueles que habitavam a região “montante”, ao redor do lago (SILVA, 2017).

Do ponto de vista das lideranças dos grupos de atingidos, a visão adotada pelos agentes do Setor Elétrico constituía uma espécie de reducionismo agrícola e setorial, ao quantificar apenas a área passível de ser inundada, desconsiderando tanto os múltiplos usos do território quanto as relações costuradas pelos grupos locais com os recursos naturais. Esse processo de circunscrever espacialmente os efeitos do empreendimento estritamente à área a ser inundada por meio de um instrumento – *o cadastro* – teria repercussões sobre a negociação dos valores de desapropriação na fase indenizatória, como veremos a seguir.

Inevitavelmente, a partir desta perspectiva “territorial-patrimonialista” (VAINER; ARAÚJO, 1990), a empresa restringiu seu olhar para um determinado segmento – “os proprietários atingidos pela água” –, e se propôs apenas a negociar com “indivíduos proprietários”, o que implicava a negação de uma gama de outras “identidades” que se enquadram na categoria de “atingidos”: posseiros, vazanteiros, assalariados, agregados, parceiros e arrendatários. Nesta primeira fase de intervenção da Eletronorte, as medidas compensatórias não contemplavam a situação específica de trabalho de alguns segmentos, como os vazanteiros, que possuíam uma dinâmica temporal e ambiental

²³ Vainer (2008) faz referência à evolução da categoria “Atingido” ao longo dos anos 1980, mostrando concretamente de que modo o conceito “atingido” passou a extrapolar os moldes da concepção territorial-patrimonialista que constituía a base das políticas indenizatórias na primeira fase da intervenção das empresas que se encarregavam de obras nos grandes projetos de desenvolvimento. Houve mudanças também nas nomeações apropriadas pelas populações atingidas, de acordo com o contexto sociopolítico. O autor nos lembra, por exemplo, que na segunda metade dos anos 1980 ocorreu um redimensionamento do conceito de “atingido” para além daquele deslocado meramente por conta do reservatório, a partir de mudanças sociais, culturais, econômicas e ambientais, que passaram a ser aferidas como “impactos” da obra e que foram inseridas no quadro analítico da “crise” instalada.

bem diferenciada de outros segmentos.²⁴ De acordo com esse segmento, que articulava suas demandas específicas no “Documento dos Vazanteiros de Iturpiranga à Eletronorte”, de 02 de novembro de 1981:

É de lamentar amargamente que a Eletronorte ignore nossa situação de vazanteiros e exija culturas permanentes e casas, quando todos nos sabemos que na vazante não se pode realizar tais trabalhos pois de seis em seis meses a enchente vem, aduba a terra e devora tudo o que ficou plantado e construído. Eletronorte deixou de indenizar centenas de nós, porque não temos casas e culturas permanentes nas vazantes (DOCUMENTO DOS VAZANTEIROS..., 1981, p. 1).

Assim, dentro da sua plataforma de reivindicações, os vazanteiros sinalizavam um descompasso entre a lógica operante nos processos encaminhados pela Eletronorte, que focalizava bens perenes e fixos (casas, lotes e “culturas permanentes”) como “moedas de troca” nas indenizações, e a lógica operante de suas práticas agrícolas, que, diferentemente de uma agricultura “convencional”, estabelece um outro regime de plantio.

A SEGUNDA FASE: O “CADASTRAMENTO SOCIOECONÔMICO” DAS FAMÍLIAS A SEREM ATINGIDAS PELA INUNDAÇÃO

A segunda fase de intervenção foi iniciada em 3 de maio de 1978, com o “cadastramento socioeconômico” na área de formação do grande lago, durante o qual os/as técnicos/as tiveram uma interlocução direta com as famílias a serem afetadas. Nesta fase, foi aplicado um “inventário” ou “planilha de avaliação” das “benfeitorias reprodutivas e não reprodutivas”, como base para as indenizações. O foco desse processo era fazer jus monetariamente

²⁴ Os camponeses, especialmente aqueles que habitavam a região jusante (classificados como “vazanteiros”), estavam inseridos em um sistema de produção estruturado fundamentalmente em função dos movimentos do rio, de modo que qualquer alteração na intensidade do seu fluxo interferia diretamente no nível das cheias e dos vazantes. Eram adeptos de uma concepção mais abrangente do território, enquanto um lócus composto de elementos físicos e bióticos, dos quais dependiam para sua reprodução sociocultural. Como Sigaud (1992) aponta, sua visão do território, enquanto um espaço extensivo e irrestrito, abarcava “todas as parcelas do território de que seriam privados com o enchimento do lago: as ilhas, as lagoas, as áreas comuns de pastagem” (SIGAUD, p. 20, 1992).

àqueles bens que eram passíveis de indenização, como “terras tituladas” ou “benfeitorias”.

As bandeiras de luta dos Atingidos foram construídas em reação às abordagens e aos métodos que a Eletronorte utilizava durante a desapropriação das terras e as indenizações. Uma das reivindicações expressadas pelos Atingidos de Itupiranga era centrada na falta de clareza das orientações fornecidas pela Eletronorte, que, de acordo com estes, não transmitia para a população o teor das decisões tomadas em ofícios e outros documentos formais, mas apenas “espalhava boatos” (conforme “Extra Informativo Itupiranga”, nº. 4, do ano 1979). No documento intitulado: “Extra Informativo Itupiranga” nº. 4, produzido em 5 de abril de 1979, a população atingida expressava seu desconforto com alguns aspectos dos “levantamentos feitos pela Basevi e INCRA” (em convênio com a Eletronorte), como o fato de que “os próprios funcionários que executavam as visitas às famílias na área de intervenção foram falando assim: ‘Não adianta plantar: vocês têm que sair’” (BOLETIM EXTRA INFORMATIVO, 1979, p. 3).

Em documentos posteriores a este (“Acervo da pesquisa em Tucuruí – IPPUR/UFRJ: 1980; 1981; 1982; 1984”),²⁵ os grupos atingidos desaprovavam a “proibição para plantar”, que, de acordo com eles, não foi apenas um mandato imposto pelo Setor Elétrico durante as visitas técnicas, mas também era um preceito implícito na construção do arcabouço metodológico logo, o “inventário” ou “planilha de avaliação.” Em diversos comunicados, os Atingidos alegavam que, uma vez que as indenizações fossem efetivadas posteriormente, com base nas informações inseridas no “inventário” e a “planilha de avaliação”, a conclusão seria a proibição de qualquer atividade que pudesse alterar este quadro, como, por exemplo, a continuidade de plantações (“Ata da II Assembleia de Lavradores”, 1979; “Carta à Eletronorte”, 09 jan. 1980).

Embora a Eletronorte tivesse negado a existência de qualquer proibição, afirmando em inúmeras ocasiões que “apenas recomendou que se plantas-

²⁵ Constam, a seguir, as fontes: carta à Eletronorte, em 09 jan. 1980; “Documento I: Denúncia e reivindicações da população de Repartimento e Adjacências, atingida pelo Projeto do Reservatório da UHE de Tucuruí”, 1981; “Documento dos vazanteiros da Itupiranga à Eletronorte”, 1981; “Documentos I, II & III: Denúncia e reivindicação da população dos vazanteiros de Itupiranga, Tauri e moradores da localidade da Rainha e Morajuba Direta atingidos pelo Projeto da UHE de Tucuruí – Reservatório”, 1982; ata da reunião realizada entre: Centrais Elétricas do Norte do Brasil, Eletronorte, e a Comissão Representativa dos Colonos Expropriados, 1984.

sem culturas temporárias” (“Ata de reunião realizada em Centrais Elétricas do Norte do Brasil, Eletronorte e a Comissão Representativa dos Colonos Expropriados”, 1984), os Atingidos (que, nesta época, se autoidentificavam como “expropriados”), sustentaram a tese de que foram proibidos de plantar e reivindicaram algum tipo de compensação por este “tempo parado”. Para os grupos dos atingidos, a partir deste debate, foi gerada uma “palavra de ordem” – *“pagamento pelos dois anos de perda da produção agrícola”*, que se integrou a tantas outras reivindicações que compunham sua agenda política, como “Casa por Casa” e “Lote por Lote”, algo que pode ser comprovado no conjunto de documentos produzidos no período dos anos 1980 (a partir do acervo da pesquisa em Tucuruí – IPPUR/UFRJ, em 1981, 1982, 1984).²⁶

Aqui, testemunhamos o surgimento de um conflito latente entre a empresa Eletronorte e os Movimentos dos Atingidos que demonstra diferentes concepções sobre o tempo dos processos, intermediado pelo universo dos documentos. O acervo de “papéis” (inquéritos, planilhas e questionários) que constituem o principal veículo da ação intervencionista da empresa tinha como pressuposto o congelamento do tempo. Por assim dizer, seu principal objetivo era “tirar um retrato” durante suas visitas às propriedades que fosse válido até o momento no qual as indenizações entrassem em vigor e as compensações fossem efetivadas. Por outro lado, os grupos de atingidos aportavam outro viés sobre estes documentos imbuídos da intenção de “congelar” o tempo. Focalizavam as perdas acumuladas nesse período “parado”, que transparece nos documentos produzidos por eles, concebido como um “tempo perdido”, ou seja, um estágio de imobilidade imposto pela “proibição de plantar”, acarretando várias repercussões agravantes, como o abandono dos lotes e a fuga dos colonos para as periferias urbanas (RELATÓRIO DA II ASSEMBLEIA DE LAVRADORES, 1979, p. 13).

Desta maneira, é perceptível de que modo “o tempo” se torna uma entidade etnográfica com relevância própria de acordo com a ótica de cada ator envolvido, uma vez que não são apenas dados cronológicos o que definem. As

²⁶ Do acervo da pesquisa em Tucuruí – IPPUR/UFRJ destacamos as seguintes fontes: “Nota de esclarecimentos a reivindicações das famílias atingidas pela Represa de Tucuruí à população”, 1982; “Documento I: Denúncia e reivindicações da população de Repartimento e Adjacências, atingida pelo Projeto do Reservatório da UHE de Tucuruí”, 1981; “Documento da população de expropriados ao Governador do Estado do Pará, Dr. Jader Fontenelle Barbalho”, 21 de agosto de 1984.

tensões geradas, então, se devem a concepções diferenciadas sobre a temporalidade que os próprios documentos fomentam, de acordo com a perspectiva de cada ator social engajado no seu manejo, tendo como base os processos indenizatórios. Enquanto os Atingidos se atentam para a perspectiva de um tempo que não é estático, mas que acompanha a evolução dos processos vividos no cotidiano e que, inclusive, pode se tornar um tempo “parado” de acordo com a determinação da Eletronorte, o Setor Elétrico enxerga os documentos como mecanismos para aferir valores e conferir benefícios concedidos em um tempo mais elástico, que engloba o reassentamento das populações a serem deslocadas. Os grupos atingidos se revoltam com essa definição elástica do tempo pautada pelo Setor Elétrico, pelo fato de serem obrigados a vivenciar um “tempo de espera” – a “espera” interminável do desfecho final desses procedimentos burocráticos, cujo ponto de partida é o preenchimento de cadastros e outros “papéis”.

O dito “congelamento do tempo” que determinados documentos transmitem, ao se tornarem retratos estáticos de um fato ou acontecimento e ao demorarem para estar a serviço de uma intervenção imediata, nos remete a uma reflexão sobre os efeitos da prática de documentação. Aqui acedemos à leitura feita por Hull (2012) sobre os documentos como “mediadores”, que suscitam impactos, os quais são derivados da agência dos próprios papéis nos processos sociais, e não necessariamente dos seus conteúdos. Ao gerar efeitos que moldam nossa apreensão da temporalidade, como é o caso relatado, documentos agem como mediadores que ativamente traduzem, transformam e modificam os elementos contidos neles, intervindo na construção de sujeitos, objetos e sociabilidades (HULL, 2012).

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO EM TORNO DOS USOS DOS DOCUMENTOS: “LUTAR PELA TABELA”

Cumprе salientar que o “inventário” das “benfeitorias reprodutivas e não reprodutivas” foi aplicado a partir dos critérios que integram uma “tabela de custos”, outro instrumento utilizado pelo Setor Elétrico nas suas intervenções. Os critérios que embasavam essa “tabela de custos” foram problematiza-

dos em diversas ocasiões por lideranças do Movimento dos “Desapropriados” ou “Expropriados”, que os classificavam como aleatórios e inconsistentes. Cabe ressaltar um ofício lançado em 1985 pela Comissão de Expropriados de Jacundá e Tucuruí, no qual se reivindicou o acesso à “tabela de preços que a Eletronorte vem utilizando para as indenizações” (1985, p. 3) com a finalidade de entender a lógica empregada nos cálculos. Assim, a seguir, serão analisadas mais a fundo as problematizações feitas pelos Movimentos dos Atingidos em relação ao uso da “tabela” como um componente que se integra aos processos indenizatórios.

A partir do ano de 1982, foram acrescentadas algumas proposições dentro de uma plataforma que tinha como espinha dorsal a demanda por “indenizações justas e recuperação dos prejuízos”. Foi assim que a “revisão das indenizações e da tabela” se tornou mais uma bandeira erguida nas lutas pelas Comissões dos Atingidos em diversas localidades, tendo como eixo central a necessidade de ser possível rever os critérios utilizados pelo Setor Elétrico nos processos indenizatórios.

A proposição de “fazer uma revisão da tabela” apareceu pela primeira vez no documento fabricado pelos “colonos situantes, castanheiros, parceiros e peões” na II Assembleia de Lavradores, em 25 de julho de 1979, e foi mencionada novamente, tanto no “Documento I: Denúncia e Reivindicação da População dos Vazanteiros de Itupiranga, Tauari e Moradores da Localidade da Rainha e Morajuba Direta Atingidos pelo Projeto da UHE de Tucuruí – Reservatório” (12 de dezembro de 1981) quanto no boletim “Luta dos Desapropriados” (2 de dezembro de 1982). Assim, frases como “o direito à tabela” ou “lutar pela tabela” (do acervo da pesquisa em Tucuruí – IPPUR/UFRJ, 1979, 1981, 1982) aparecem junto a outras demandas que compõem a lista de reivindicações e que são enquadradas na linguagem de “direito”, dentro de uma determinada aceção da “justiça”.

Essa proposição, que não apenas colocou em xeque os valores calculados para as indenizações mas também o instrumento metodológico utilizado para estipular tais valores, “a tabela”, se diferencia das outras denúncias por tomar por base uma problematização da lógica que tem motivado a fabricação dos documentos que auxiliam os processos indenizatórios, como tabelas, cadastros e inventários. Percebe-se de que modo o acesso a esses documentos – inquéritos, questionários, tabelas – era concebido não apenas como um

“direito”, dentro de uma visão de “documento” como um bem “público”, mas também como um passo a ser seguido por finalidades metodológicas, no intuito de problematizar e reformular os significados subjacentes às medidas indenizatórias implementadas pelo Setor Elétrico. Ter “acesso à tabela” era algo representado como um ponto de partida para efetivar a revisão dos seus conteúdos, visando à reestruturação dos procedimentos técnicos que baliavam as indenizações, por meio de uma abordagem pautada na noção de “equiparação” dos danos ocasionados, a conquista de direitos e a cobrança de deveres.

Paralelamente a esse pedido de acesso à tabela, as “Comissões”²⁷ investiram em outra estratégia: a consolidação de um acervo documental – composto de “fichas” e “tabelas” – o qual continha uma série de outros critérios, a maior parte dos quais contrastava drasticamente com aqueles que advêm do Setor Elétrico. É interessante observar que no relatório produzido na II Assembleia de Lavradores (1979) há uma “tabela de valores” anexada, com a sugestão de que serve como base para o processo de “revisão” e “reavaliação” dos processos indenizatórios.

A recomendação é de que esse novo instrumento seja construído de acordo com os critérios dos Movimentos dos Atingidos e, portanto, “represente o que é justo para os colonos” (RELATÓRIO DA II ASSEMBLEIA DE LAVRADORES, 1979, p. 13). Nos discursos que transparecem nos documentos produzidos pelos grupos de atingidos no final dos anos 1970 e no início dos anos 1980, merece destaque a primazia atribuída ao conceito de “justiça”, uma vez que repetidamente os documentos fabricados exigem que os processos, métodos e instrumentos a serem empregados sejam “justos”, e que essa “justiça” seja costurada de acordo com os padrões estabelecidos pelos movimentos sociais, nas suas bases.

Esses “inventários”, reelaborados a partir de novos critérios, foram empregados em levantamentos das “benfeitorias nas suas propriedades”, sob a coordenação das lideranças dos Movimentos de Atingidos. Esse pro-

²⁷ No início do processo organizativo, no ano de 1979, os grupos se agregaram em torno de focos espontâneos de resistência em localidades específicas (Repartimento, Itupiranga), classificando-se como “Comissões dos Expropriados”, de acordo com seu lugar de origem. No início dos anos 1980, esse dispositivo das comissões locais se manteve, mas ganhou legitimidade a partir de sua ligação com uma “Comissão Central”, que reunia a tomada de decisões e encaminhava os acordos coletivos.

cesso foi vislumbrado por Raul Couto, ex-técnico da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e integrante da equipe criada pela Prelazia de Cametá, que assessorava os grupos e comissões de Atingidos, como uma estratégia que, nas suas próprias palavras, tinha a pretensão de “qualificar melhor a demanda”. Ele explica essa iniciativa voltada para a “qualificação da demanda” da seguinte forma:

Então, com isso, primeiro nós fizemos todo um levantamento socioeconômico, depois nós fizemos um levantamento das demandas, quantificamos, né? No sentido de, por exemplo, a gente saber mais ou menos quantas indenizações. Depois tentávamos fazer o contato com a Eletronorte para qualificar melhor aquela demanda, né? Às vezes a gente tinha retorno. Quando não tinha retorno, isso tudo ia virando uma pauta para tentar uma reunião com a direção. Nós tentávamos (COUTO, 2017).

Conforme esses instrumentos foram revisados e reelaborados, outros critérios que incidem sobre os cálculos dos danos ocasionados ganharam relevo. Raul alegou que “havia uma queixa enorme em relação ao preço que derivou da avaliação desses inventários”, o que gerou uma estratégia, por parte dos movimentos de base, de “visitar de novo esses inventários e fazer uma tabela de valores que conseguisse repor o que na legislação chamam de custo cessante” (COUTO, 2017). Desde o ponto de vista das lideranças do movimento, “custo cessante” e “lucro cessante” são dois conceitos que abarcam outra forma de conceber as perdas acarretadas pelo processo de deslocamento compulsório. Várias leituras são efetivadas tendo como inspiração esses conceitos de “custo” ou “lucro cessante”, como veremos a seguir.

Ao descrever o conceito de “custo cessante” durante uma entrevista concedida em 17 de agosto de 2017, Aida Maria Farias da Silva, ex-técnica da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que prestou assessoria aos grupos atingidos nos anos 1980, opinava que a Eletronorte e “os técnicos de Brasília” eram incapazes de enxergar outras “economias menores”, parte do que chamam de as “pequenas lutas”. Diz ela: “Tinha que colocar um outro elemento na pauta. Não era mais só indenização do rural, da propriedade, do que tinha, do que não tinha, do que não tinha do que valia e do que deixava de valer” (SILVA, 2017). Para Raul Couto, os elementos que integram o conceito de “custo

cessante” são “tudo o que esse proprietário ou posseiro deixou de ganhar na medida em que ele teve que sair do imóvel e teve que se implantar em outro lugar e refazer a vida dele” (COUTO, 2017).

Em relação ao conceito de “lucro cessante”, na opinião de Aida, tal conceituação remete ao seguinte cenário: “Hoje, quando você tira um trabalhador de uma terra que ele já tem árvores dando fruto, você tem que indenizar o tempo que ele vai levar para plantar até a árvore chegar nessa condição. Então, esse é o lucro cessante” (SILVA, 2017). Aida aborda também um outro fator para relevante para esse debate, que pode ser considerado quando é trazida a noção de “lucro incessante”: “a economia de quintal”. De acordo com ela:

São as economias invisíveis que Brasília não enxergava, não conseguia. Tem a ver com o que acontece quando uma família economiza pelo que ela usa de quintal. Ela tem uma bananeira, ele tem uma laranjeira, ele tem um canteiro de verdura, ele cria galinha. E você vai colocar ele numa outra terra que não tem nada daquilo (SILVA, 2017).

Em suma, embora seja possível verificar diferenças nas visões expressadas pelos diferentes atores envolvidos na construção dessas conceituações, prevalece o consenso de que os processos sociais constituintes daquilo que se define como “custo” ou “lucro cessante” dificilmente poderiam ser abarcados por uma lógica estritamente economicista. “Custo” ou “lucro cessante” contemplam fatores que entremeiam as relações costuradas com a terra e com a propriedade, a partir de uma compreensão mais ampliada das diversas inserções dos segmentos atingidos no seu ambiente circundante.

Enfim, o que se percebe aqui é um processo de contestação dos critérios que regem a lógica das indenizações. Os grupos de atingidos estão justamente refutando a mercantilização dos processos sociais mediante procedimentos que procuram encontrar equivalentes monetários para experiências subjetivas, materializadas nos objetos e nas coisas. A revolta apresentada pelos Movimentos de Atingidos reside justamente na forma como o Setor Elétrico conduz a gestão das pessoas e as repercussões dos seus métodos sobre tais grupos. Por meio de procedimentos técnicos unilaterais e restritos que são acoplados aos documentos – “cadastros” e “tabelas” –, as pessoas afetadas

pela obra são rotuladas, quantificadas e mensuradas dentro de um campo de regulação política.

Ao ter como apoio distintos critérios, que obviamente geram diferentes resultados, sem, não obstante, prescindir dos moldes dos registros que foram empregados pelo Setor Elétrico nas estratégias de intervenção social, a intenção dos Movimentos dos Atingidos era proporcionar um confronto entre duas lógicas de funcionamento que regem os documentos produzidos. Em vista disso, o foco dessa clivagem – e da luta travada em torno dela – não era puramente de natureza metodológica, uma vez que realça fatores de natureza técnica. Os instrumentos são examinados através de uma lupa, que põe em destaque as intenções motivadoras de seu uso, além das formas pelas quais são canalizados diante das populações atingidas.

Como vimos aqui, os Movimentos dos Atingidos não apenas se apropriaram dos moldes dos documentos manejados pela Eletronorte para confrontar os critérios que nortearam a atuação do Setor Elétrico em determinados processos mas também criaram seus próprios instrumentos – tabelas – para efetivar o levantamento dos bens e calcular os danos.

Além disso, cumpre salientar que algumas comissões dos Movimentos dos Atingidos construíram formas de registro – cadastros e fichas – com o objetivo de monitorar as repercussões das medidas tomadas pelo Setor Elétrico no final dos anos 1980. No acervo documental dos Movimentos dos Atingidos na região de Tucuruí, constatam-se algumas fichas utilizadas pela “Comissão dos Moradores da Colônia do Mojú” no ano de 1989, para verificar o cumprimento dos acordos firmados com a Eletronorte. Nestas é apresentada uma divisão entre variadas categorias para levantamento de informações, tais como: “Situação na área rural”/ “Situação na área urbana”/ “Valores da indenização recebidos”, e assim por diante.

Como vimos aqui, no contexto das primeiras fases da implantação da UHE em Tucuruí, os documentos foram instrumentalizados para diversas finalidades, desde o cadastramento das famílias e de suas benfeitorias até o monitoramento dos processos indenizatórios. São registros reformulados por diversos atores sociais, em múltiplas etapas, vinculadas ao plano de intervenção da Eletronorte. Seus usos variam de acordo com as intenções dos agentes envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Testemunhamos aqui, nestas páginas, uma outra visão dos “documentos”, que não se restringe apenas à sua utilidade como “meios adequados e necessários para atingir os fins desejados”, reflexo de um processo de racionalização presente nos processos de gestão empresarial (WEBER, 1968a, 1968b; RILES, 2006). De acordo com Hull (2012), documentos devem ser concebidos não como meros transmissores neutros de discurso, mas como “mediadores que moldam o significado dos signos inscritos neles e transformam sua relação com os objetos aos quais se referem” (HULL, 2012, p. 253). Assim, ao longo deste artigo, foi exposta uma acepção dos arquivos e documentos como objetos *vivos*, que canalizam expressões de resistência protagonizadas por grupos subalternos, imersos nas dinâmicas que atravessam os processos sociais.

Nos termos de Foucault (1991), o “documento” molda as pessoas e instituições que dele fazem uso. Assim, esse processo de interação social intenso e conflitante entre o Setor Elétrico e os Movimentos dos Atingidos em torno dos usos dos documentos esculpiu as formas de articular as lutas e construir as pautas políticas. No fulcro central das controvérsias em torno da condução dos processos indenizatórios, os grupos de atingidos abriram uma nova frente de luta, direcionada à problematização dos modos pelos quais determinados documentos – como planilhas, tabelas ou cadastramentos – eram empregados pelo Setor Elétrico. Estes, embora fossem apresentados como instrumentos voltados para finalidades pragmáticas, na realidade tinham como principal finalidade impor uma “ordem normativa” nas áreas afetadas pela implantação das barragens.

Aqui nos remetemos à leitura de Scott (1985, 1990), que explicita numerosas formas cotidianas de resistência, as chamadas “armas dos fracos”. Ao paulatinamente interferirem na lógica subjacente à produção documental, os grupos de atingidos empregavam estratégias informais, em alguns casos até dissimuladas, que não necessariamente denotavam embates diretos, mas que mantêm viva uma cultura oposicionista.

Como se tornou evidente ao longo deste artigo, a luta travada pelas configurações embrionárias dos Atingidos no período analisado se opõe a

diversas acepções que norteavam os instrumentos e táticas empregados no plano de intervenção do Setor Elétrico. Para exemplificar isso, elencamos um cenário na seção anterior, no qual Aida Maria Farias da Silva, assessora dos grupos de atingidos, lançava algumas luzes sobre o tema de “custo” ou “lucro cessante”, reprovando a concepção que norteava as tabelas e cadastros que se integravam aos procedimentos utilizados pelos agentes da Eletronorte e pelos “técnicos de Brasília” para calcular os valores das indenizações. Quando declarava que tais instrumentos foram criados sem enxergar outras “economias menores”, que fazem parte do que chamam de “pequenas lutas”, ela está justamente criticando a “cegueira” dos/as técnicos/as perante questões que fogem da lógica monetária e tecnicista. Destarte, é perceptível captar, no teor das críticas expressadas por lideranças e ex-técnicos dos grupos de atingidos, como Aida, um ataque direcionado, de modo frontal, aos princípios fundantes dos procedimentos técnicos utilizados pelo Setor Elétrico e que são apresentados como instrumentos infalíveis. No contexto de intervenções no campo de cunho *social e ambiental*, a apreensão da eficácia da “técnica” como um valor supremo é posta em dúvida pelos movimentos sociais, tornando-se um ponto de tensionamento nas negociações com o Setor Elétrico ao longo dos anos 1980 (BRONZ; BEZERRA, 2014, p. 133).

Além de denunciar o enfoque excessivamente tecnicista que permeava as abordagens e instrumentos de intervenção que o Setor Elétrico empregava nesse período, os Atingidos também desaprovavam o tratamento raso das populações afetadas, ao serem enquadradas em um grupo homogêneo, sem considerar as especificidades de cada segmento de acordo com sua condição social, seus meios de sobrevivência e sua localização no território. Logo, os grupos dos atingidos trazem outro retrato de “si mesmos”: um retrato que ressalta sua diversificação e capilaridade, além de suas diversas expressões de resistência no campo cultural e político.

Sendo assim, os embates com o Setor Elétrico sobre os documentos produzidos não se encerram no plano da contestação. No bojo de um processo inventivo, que coloca em xeque os saberes arquivados nos documentos produzidos pelo Setor Elétrico e cria novos padrões para fundamentar os mesmos, os grupos de atingidos renovam suas estratégias de resistência e apontam novos rumos de ação política.

Esse acervo de documentos que instrumentaliza procedimentos e táticas revela o dinamismo inerente à constituição de um sistema de enunciados que sempre é sujeito a novas interpretações. Ao passarem por muitas mãos, os documentos se transformam incessantemente de acordo com as estratégias das intervenções e lutas de cada ator social que se engaja nesses processos. Assim, os registros fabricados no bojo do universo empresarial – e depois rearranjados e reestruturados a partir de interpelações com os Movimentos de Atingidos – desvelam regimes de verdade que são flexibilizados com base em diversos sistemas de significados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. DOCUMENTOS INTERNOS DO ACERVO CONSTITUÍDO NO IPPUR/UFRJ
2. BOLETIM ARCA DOS MORADORES DA ÁREA DO RESERVATÓRIO BARRAGEM DE TUCURUÍ. [s.l.]: [s.n.], set. 1982/jan.1983.
3. BOLETIM EXTRA INFORMATIVO ITUPIRANGA. N. 4. Tucuruí: [s.n.], abr. 1979.
4. BOLETIM LUTA DOS DESAPROPRIADOS. Tucuruí: [s.n.], 2 dez.1982.
5. BOLETIM TUCURUÍ URGENTE. Tucuruí: [s.n.], mai.1981.
6. CARTA à Eletronorte [**Correspondência**]. Destinatário: Eletronorte. Tucuruí, 09 jan.1980.
7. CASO TUCURUÍ. [Tucuruí]. **Documento**. s/d.
8. COLEÇÃO DO MUSEU DE ELETRICIDADE. **Apresentação**: a UHE Tucuruí e a promoção do desenvolvimento regional. [s.l.]: [s.n.], [s.d.].
9. COUTO, Raul do. Raul do Couto: **depoimento** [07 ago. 2017]. [Belém, PA]. IPPUR: Rio de Janeiro, 2017.
10. DAMASCENO, Felisberto. Felisberto Damasceno: **depoimento** [17 ago. 2017]. [Brasília, DF]. IPPUR: Rio de Janeiro, 2017.
11. DOCUMENTO DOS VAZANTEIROS DA ITUPIRANGA À ELETRONORTE. **Documento**. Tucuruí: [s.n.], 02 nov. 1981.
12. ENCONTRO DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS E COLÔNIAS DE PESCADORES ATINGIDOS PELA UHE DE TUCURUÍ, 1989, [Tucuruí]. **Ata**. Tucuruí, 12 de maio de 1989 a 16 de maio de 1989 [1989a].

13. ENCONTRO DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS E COLÔNIAS DE PESCADORES ATINGIDOS PELA UHE DE TUCURUÍ, 1989, [Tucuruí]. **Documento**. [Tucuruí], 12 de maio de 1989 a 16 de maio de 1989 [1989b].
14. INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Ata da reunião realizada entre Centrais Elétricas do Norte do Brasil, Eletronorte, e Comissão Representativa dos Colonos Expropriados, de 10 a 11 de novembro de 1984, em Brasília. **Acervo do IPPUR**. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 1984a.
15. INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Ata de encontro entre a Eletronorte, Engevix e Sindicato de Trabalhadores Rurais da Região Tocantina. 28 e 29 de março de 1987. **Acervo do IPPUR**. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 1987a.
16. INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Documento. Denúncias e reivindicações da população de Repartimento, Breu Branco e Adjacências, dos vazanteiros de Itupiranga, Tauri e moradores das localidades Rainha e Maratuba Direta, atingidos pelo Projeto do Reservatório da UHE - Tucuruí. Tucuruí, 12 de agosto de 1982. **Acervo do IPPUR**. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 1982a.
17. INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Documento. Documento da população de expropriados ao Governador do Estado do Pará, Dr. Jader Fontenelle Barbalho. Tucuruí, 21 de outubro de 1984. **Acervo do IPPUR**. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 1984b.
18. INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Documento. Documento de reivindicações da Comissão dos Expropriados. Tucuruí, 2 de maio de 1985. **Acervo do IPPUR**. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 1985a.
19. INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Documento. Eletronorte. UHE Tucuruí: plano de utilização do Reservatório versão 4 – Preliminar. Tucuruí, 1987. **Acervo do IPPUR**. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 1987b.
20. INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Documento. Tucuruí – Colonos e Índios x Eletronorte. Documento da Secretaria do Estado de Agricultura do Pará e do Centro de Educação, Pesquisa, Assessoria Sindical e Popular. Marabá, PA, 13 nov. 1984. **Acervo do IPPUR**. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 1984c.
21. INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DA

- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Documentos I, II & III: Denúncia e reivindicação da população dos vazanteiros de Itupiranga, Tauri e moradores da localidade da Rainha e Morajuba Direta atingidos pelo Projeto da UHE de Tucuruí – Reservatório. Tucuruí, 12 de dezembro de 1981 e 12 de agosto de 1982. **Acervo do IPPUR**. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 1981-1982.
22. INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Fichas de levantamento. Comissão dos Moradores da Colônia do Mojú. Tucuruí, 1989. **Acervo do IPPUR**. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 1989a.
23. INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Manual. Estudos dos Efeitos Ambientais dos Sistemas Elétricos. 1986. **Acervo do IPPUR**. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 1986.
24. INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Nota de esclarecimentos e reivindicações das famílias atingidas pela Represa de Tucuruí à população. Tucuruí, 08 de setembro de 1982. **Acervo do IPPUR**. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 1982b.
25. INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Ofício do STR Jacundá e Tucuruí. Comissão dos Expropriados à Eletronorte. Tucuruí, 2 de fevereiro de 1985. **Acervo do IPPUR**. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 1985b.
26. INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Relatório. Plano Diretor do Meio Ambiente do Setor Elétrico, v. II. Eletrobras/ Comase/ MINFRA, 1991/1993. **Acervo do IPPUR**. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 1991/1993.
27. INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Relatório. Plano Diretor para a Melhoria do Meio Ambiente nas Obras e Serviços do Setor Elétrico, v. I. Eletrobras/ Comase/ MINFRA, 1987. **Acervo do IPPUR**. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 1987c.
28. INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Relatório. Relato de Comissão Técnica de Barragens e Meio Ambiente. Grupo de Trabalho: Comitê Brasileiro de Grandes Barragens. 1987. **Acervo do IPPUR**. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 1987d.
29. INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Relatório. Relatório do Comitê Brasileiro de Grandes Barragens: Comissão Técnica de Barragens e

- Meio Ambiente. Brasília, 8 de agosto de 1987. **Acervo do IPPUR**. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 1987e.
30. INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Relatório. Relatório interno da Eletronorte. Brasília, 02 de janeiro de 1989. **Acervo do IPPUR**. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 1989b.
31. INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Relatório. Tucuruí: 10 anos depois. História da Energia, Eletronorte. 1983. **Acervo do IPPUR**. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 1983.
32. INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Relatório. Usina Hidrelétrica Tucuruí: Memória Técnica. Coordenadoria Técnica do Projeto Memória – Eletronorte, do Ministério de Minas e Gerais e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Eletrobras/ Eletronorte. Brasília, 1989. **Acervo do IPPUR**. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 1989c.
33. RELATÓRIO DA II ASSEMBLEIA DE LAVRADORES. **Relatório**. Tucuruí, jul. de 1979.
34. SEMINÁRIO TUCURUÍ: MEMÓRIAS DE UMA LUTA EM CURSO, 2018, Belém. **Depoimentos** [...]. Belém: Universidade Federal do Pará/IPPUR, 24 abr. 2018.
35. SILVA, Aida Maria Farias da. Aida Maria Farias da Silva: **depoimento** [17 ago. 2017]. [Brasília/DF]. IPPUR: Rio de Janeiro, 2017.

OUTRAS REFERÊNCIAS

36. ACSELRAD, H. Planejamento autoritário e desordem socioambiental na Amazônia: crônica do deslocamento de populações de Tucuruí. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 53-68, out./dez.,1991.
37. ACSELRAD, H.; SILVA, M. Conflito social e mudança ambiental na barragem de Tucuruí. *In*: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 175-193.
38. ACSELRAD, H.; SILVA, M. Mercado de terras e meio ambiente em áreas de grandes projetos de investimento. O caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 18, n. 1, p. 158-192, abril de 2010.

39. ACSELRAD, H.; SILVA, M. G. Rearticulações sociais da terra e do trabalho em áreas de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia. O caso de Tucuruí. *In*: ZHOURI, Andréa. (Org.). **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2011.p. 61-92.
40. BRONZ, Deborah. **Nos bastidores do licenciamento ambiental: uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.
41. BRONZ, Deborah. “O Estado não sou eu.” Estratégias empresariais no licenciamento ambiental de grandes empreendimentos industriais. **Revista Campos**, v.14, n.1-2, p. 37-55, 2013. Dossiê Antropologia e Desenvolvimento.
42. BRONZ, Deborah; BEZERRA, Marcos Otavio. “Grandes empreendimentos”, administração pública e populações. **Revista Antropolítica**, Niterói, n. 37, p. 131-136, 2º. sem. 2014.
43. CUNHA, Olivia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana**, v.10, n.2, p. 287-322, 2004.
44. CUNHA, Olivia Maria Gomes da.; CASTRO, Celso. Quando o campo é o arquivo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 3-5, jul./dez. 2005.
45. DES CHENES, Mary. Locating the past. *In*: GUPTA, A.; FERGUSON, J. (Ed.). **Anthropological locations: boundaries and grounds of a field science**. Berkeley: University of California Press, 1997. p. 66-85.
46. DIAS, D.V.; MAESTRO FILHO, A. Del.; MORAES, L. O paradigma weberiano da ação social: um ensaio sobre a compreensão do sentido, a criação de tipos ideais e suas aplicações na teoria organizacional. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v.7, n. 2, abr./jun. 2003.
47. DIRKS, Nicholas. 2001. “The imperial archive: colonial knowledge and colonial rules?”. *In*: Nicholas Dirks (org.), **Castes of mind: colonialism and the making of modern India**. Princeton: Princeton University Press. pp. 107-124.
48. EAGLETON, Terry. **Ideologia**. Uma introdução. São Paulo: Unesp, 1997.
49. EWALD, François. **Foucault, a norma e o direito**. Trad. António Fernando Cascais. Lisboa: Vega, 1993.
50. FAILLACE, Sandra Tosta. **Comunidade, etnia e religião: um estudo de caso na Barragem de Itá (RS/SC)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.
51. FEARNSIDE, Philip M. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. Manaus: Editora do INPA, 2015.
52. FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

53. FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 1971. Disponível em: www.filoesco.unb.br/foucault. Acesso em: 03 fev. 2011.
54. FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1985.
55. FOUCAULT, Michel. The subject and power. *In*: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics**. 2nd ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1983. p. 208-226.
56. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
57. GOODLAND, R.: **Environmental Assessment of the Tucuruí Hydroproject, rio Tocantins Amazônia, Brazil**. Brasília, D.F.: Eletronorte S.A., 1978.
58. HULL, Mathew. Documents and Bureaucracy. **The Annual Review of Anthropology**. California: Stanford University Press, 2012. p. 251-67.
59. MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Hidrelétricas e Impacto Ambiental. **Boletim da Associação Brasileira de Antropologia**. São Paulo, n.3, a. 2, p. 62-64, 1º. sem., 1987.
60. MITCHELL, Timothy. State, Economy, and the State Effect. *In*: STEIMENTZ, G. (Ed.). **State/Culture: State formation after de cultural turn**. Cornell: Cornell University Press, 1999.
61. MOUGEOT, Luc. Planejamento hidroelétrico e reinstalação de populações na Amazônia: primeiras lições de Tucuruí, Pará. *In*: AUBERTIN, C. (Org.) **Fronteiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Paris: ORSTOM, 1988. p. 231-250.
62. NADER, Laura. Up the Anthropologist: Perspectives gained from Studying Up. *In*: HYMES, Dell. **Reinventing Anthropology**. New York: Pantheon Books, A Division of Randon House, 1972.
63. OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. **Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público**. Brasília: MH Comunicação, 1994.
64. RIBEIRO, Gustavo Lins. **Developing the Moonland: The Yacyreta Hydroelectric high dam and economic expansion in Argentina**. New York: The City University of New York, 1988.
65. RILES, Annelise (Ed.) **Documents: artifacts of modern knowledge**. Michigan: University of Michigan Press, 2006.
66. ROCHA, Maria Célia. **Uma abordagem socio-histórica da política de remanejamento das populações afetadas pelas hidrelétricas de Tucuruí**. 2002. Dissertação (Mestrado Profissional) – UFAM, Manaus, 2002.

67. SANTOS, Leinad; ANDRADE, Lucia M.M. (Org.) **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988.
68. SANTOS, Silvio Coelho. Metodologia para o estudo de Projetos de Desenvolvimento e suas implicações políticas: o caso das hidrelétricas. *In*: ARANTES, A. C; RUBEM, G; DEBERT, G.(Orgs.). **Desenvolvimento e Direitos Humanos: a responsabilidade do antropólogo**. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
69. SANTOS, Silvio Coelho. Notas sobre o deslocamento de populações indígenas em consequência da implantação de hidrelétricas na Amazônia. *In*: MAGALHÃES, S.; BRITO, R.; CASTRO, E. (Orgs.). **Energia na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1996.
70. SCOTT, James C. **Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts**. New Haven and London: Yale University Press, 1990.
71. SCOTT, James C. **Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance**. New Haven: Yale University Press, 1985.
72. SIGAUD, Lygia. A dimensão social em uma abordagem antropológica. Crença, descrença e interesses. Por uma sociologia das condutas face ao deslocamento compulsório. *In*: PINGUELLI, Luiz (Org.). **Estado, energia elétrica e meio ambiente: o caso das grandes barragens**. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE/PPGAS, 1995.
73. SIGAUD, Lygia. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. *In*: PINGUELLI, L. *et al.* (Eds.). **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, sociais e ambientais**. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 1988a. p. 83-166.
74. SIGAUD, Lygia. Implicações sociais da política do setor elétrico. *In*: SANTOS, Leinad Ayer de O.; ANDRADE, Lúcia M. M. de (Orgs.). **Hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988b.
75. SIGAUD, Lygia. O efeito das tecnologias sobre comunidades rurais: o caso das grandes barragens. **Revista Brasileira das Ciências Sociais**, n. 18, a. 7, fev. 1992.
76. SIGAUD, Lygia; MARTINS-COSTA, Ana Luiza; DAOU, Ana Maria. Expropriação do Campesinato e concentração de terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do estado. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Vértice/Anpocs, 1987.
77. SIGAUD, Lygia; ROSA, Luiz Pinguelli; MIELNIK, Otávio. **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, sociais e ambientais**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.
78. VAINER, C. B. Conceito de “atingido”: uma revisão do debate e diretrizes. *In*: ROTHMAN, Franklin Daniel (Org.). **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**. Viçosa: UFV, 2008. p. 39-63.

79. VAINER, C. B. Planejamento e questão ambiental: qual é o meio ambiente que queremos planejar? *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 5., 1993, Belo Horizonte. **Anais [...]**, v. 2. Belo Horizonte: Anpur, UFMG, 1993.
80. VAINER, C.; ARAÚJO, F. Implantação de grandes hidrelétricas: estratégias do setor elétrico das populações atingidas. **Travessia**, São Paulo, jan./abr. 1990.
81. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; ANDRADE, Lucia M.M. de. Hidrelétricas do Xingu: O Estado contra as sociedades indígenas. *In*: SANTOS, Leinad Ayer de O.; ANDRADE, Lúcia M. M. de (Orgs.). **Hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São Paulo: Comissão Pró-índio de São Paulo, 1988.
82. WEBER, M. **On Charisma and Institution Building**. Chicago: University of Chicago Press, 1968a.
83. WEBER, M. **Economy and Society: An Outline of Interpretative Sociology** (Vol. 1). New York: Bedminister Press, 1968b.

Recebido em 24 de outubro de 2018

Avaliador A: 19 de novembro de 2018

Avaliador B: 20 de dezembro de 2018

Aceito em 21 de janeiro de 2019
